

18/Junho/2015

INDICADORES ECONÔMICOS – AGENDA DO DIA

➤ Brasil:

- O Banco Central divulga o IBC-Br (Vide notícia abaixo);
- Sai o IGP-M (divulgdo pela FGV): índice de inflação calculado todo o mês e comumente utilizado para a correção de contratos de aluguel e tarifas de energia elétrica (Vide notícia abaixo);
- Sai a **Pesquisa Mensal de Serviços**: indicadores que acompanham o desempenho conjuntural do setor de serviços (Vide notícia abaixo).

➤ Mundo:

- **Suíça**: Sai a Balança comercial (exportações e importações) (Mensal);
- **Indonésia**: Decisão da Taxa de juros (referente ao mês de Junho);
- **Europa**: Relatório Mensal do Banco Central Europeu;
- **Hong Kong**: Sai a Taxa de desemprego (Mensal);
- **México**: Atas da Reunião de Política Monetária;
- **Estados Unidos**: Sai o Índice de preços ao consumidor (IPC) (Mensal e Anual); Confiança do Consumidor Bloomberg; Índice de Atividade Industrial FED Filadélfia (Junho); Índice de preços ao consumidor (IPC) Cleveland (Mensal). *Leading Indicators*: índice composto de diversos indicadores, que busca traçar o rumo da economia norte-americana para os próximos 6 meses.

NOTÍCIAS RELEVANTES PARA O SETOR DE ENERGIA

✓ **Complexo eólico da Alupar tem *rating* F1+**

Fonte: Agência Canal Energia



De acordo com a Fitch Ratings, emissões têm vencimento para o fim de agosto de 2015 A agência de classificação de risco Fitch Ratings atribuiu o *Rating* Nacional de Curto Prazo 'F1+(exp)(bra)' à proposta de emissão de notas promissórias de 5 sociedades de propósito específico, que em conjunto, integram o complexo eólico Energia dos Ventos. O prazo das emissões vencem no fim de agosto de 2015, e perfazem um total de R\$ 40 milhões, com juros equivalentes a 110% da taxa DI. Segundo a Agência, o rating reflete a qualidade de crédito do acionista e garantidor das SPEs que compõem o projeto Energia dos Ventos, a Alupar Investimento, avaliada com o *Rating* Nacional de Longo Prazo 'AA+(bra)', de perspectiva estável. O complexo eólico Energia dos Ventos se encontra em estágio pré-operacional, com expectativa de gerar receitas a partir de janeiro de 2016. As notas promissórias, no valor de R\$ 40 milhões, em conjunto com a primeira emissão de debêntures, de R\$ 100 milhões (Rating Nacional de Longo Prazo 'AA+(bra)', de perspectiva estável), atuam como empréstimos-ponte. Esses empréstimos devem ser refinanciados por soluções de longo prazo originadas em sua maioria pelo BNDES e possivelmente por



emissões no mercado de capitais. Caso as soluções de refinanciamento não sejam concluídas até os respectivos vencimentos, a Alupar, sendo garantidora das notas, deverá efetuar os pagamentos de principal e juros acumulados. Os *ratings* estão diretamente vinculados à garantia 3/4 da empresa. Desta forma, alterações no *rating* da companhia poderão refletir na qualidade de crédito das notas promissórias. O complexo eólico Energia dos Ventos está localizado na cidade de Aracati (CE). O projeto está sendo estruturado para ter capacidade instalada total de 98,7 MW. Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado foram celebrados com 26 distribuidoras, por meio do Leilão A-5, realizado em 2011, ao preço de R\$ 109,90/MWh, ajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. O projeto prevê entrega anual de 39,9 MW médios, volume inferior ao certificado a uma probabilidade de excedência média de 90% ao longo de 10 anos, o que é considerado positivo. Volumes gerados em excesso aos 39,9 MW proveem fluxo de caixa adicional ao emissor. O projeto tem investimento orçado em aproximadamente R\$ 480 milhões, e a expectativa é de que cerca de 28% do total sejam financiados por capital do acionista. O custo dos 47 aerogeradores AGW de 2,1 MW, produzidos pela Weg, representam cerca de 70% de todo o investimento. Com base no fim de maio de 2015, as obras civis e montagem de equipamentos haviam avançado 32%. O início da operação comercial do complexo eólico está previsto para janeiro de 2016, em cumprimento às autorizações concedidas.

✓ **Construção de nova subestação da Celesc será concluída em setembro de 2015**

Fonte: Canal energia



A Celesc está construindo uma nova subestação do município de Presidente Getúlio, em Santa Catarina. Com orçamento estimado de R\$ 8,2 milhões, a obra tem conclusão prevista para setembro de 2015. De acordo com a distribuidora, a subestação será atendida por linha de transmissão em alta tensão, com transformador de 26 MVA de potência. Dela sairão 4 alimentadores em 23 kV para as cidades catarinenses de Vitor Meireles, Witmarsum, Dona Emma e parte de Presidente Getúlio. A nova subestação garantirá confiabilidade e mais qualidade de energia elétrica para essa região, ainda com a possibilidade de atender ao aumento da demanda dos municípios da região Vale Norte do Estado.

✓ **Liquidação financeira do mercado de curto prazo soma R\$ 2,14 bilhões em abril**

Fonte: CCEE



A liquidação financeira das operações no Mercado de Curto Prazo (MCP), referente a abril de 2015, somou R\$ 2.140.118.877,41 dos R\$ 2.295.472.581,19 contabilizados, o que representa um índice de adimplência de 93,23%. A operação, realizada pela CCEE envolveu 2687 agentes, sendo 1239 credores e 1448 devedores. A liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo (MCP), realizada mensalmente, representa o acerto entre eventuais diferenças entre a energia medida e a contratada pelos agentes que operam no âmbito da CCEE. Os débitos e créditos, apurados pelo processo de contabilização das operações do mercado pela Câmara de Comercialização, são valorados ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD), calculado semanalmente. Após a liquidação, o agente que esteja em condição de inadimplência pode ter iniciado processo de desligamento junto à CCEE, uma vez que as regras de comercialização preveem punições por descumprimento de obrigações como forma de proteção ao bom funcionamento do mercado. A liquidação financeira referente à Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - ou Conta Bandeiras referente a abril de 2015, 39 distribuidores aportaram R\$ 206.350.521,48 junto à Conta Bandeiras, com registro de 100% de adimplência na operação. Em seguida, o montante, homologado pela Aneel por meio do despacho nº 1743/15, foi integralmente repassado a outras 20 distribuidoras. Mensalmente, a Aneel define como deve se dar o rateio dos recursos arrecadados com a cobrança das bandeiras tarifárias nas contas de luz entre as concessionárias e permissionárias de distribuição, sendo a CCEE responsável por essa operacionalização. As movimentações da Conta Bandeiras são registradas separadamente das demonstrações contábeis da CCEE e operacionalizadas por um banco gestor. Todas as transações serão certificadas por uma auditoria independente.

✓ Serviço de distribuidoras de energia recebem novas exigências

Fonte: MME



As distribuidoras de energia elétrica serão obrigadas a cumprir novas metas de qualidade e de gestão, inclusive econômico-financeira, se quiserem renovar suas concessões, que vencem entre 2015 e 2017. Em vez da realização de nova licitação, o concessionário poderá ter direito a mais 30 anos de concessão e, em vez de pagar uma outorga, terá compromissos que resultarão em novos investimentos e mais benefícios para os consumidores, sem repasses para a tarifa. Segundo o Decreto nº 8.461/15, publicado no Diário Oficial da União, serão exigidos como contrapartida da prorrogação, metas baseadas em critérios de qualidade do serviço, de gestão econômico-financeira, de racionalidade operacional e econômica e de modicidade tarifária. As novas regras e parâmetros definidos pelo decreto estão alinhados com o novo momento da economia, com mais exigências de qualidade e fortalecimento da governança corporativa, explicou o ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, um dos formuladores dos novos critérios. Após assinarem os novos contratos de concessão, ou termos aditivos aos atuais, as empresas terão prazo máximo de cinco anos para adequarem seus serviços aos novos padrões de qualidade que serão colocados em Audiência Pública na semana que vem pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a partir das diretrizes do decreto. Mas as metas serão anuais, e devem seguir o princípio da melhoria contínua a cada exercício, observando uma trajetória também pré-estabelecida no novo contrato. O descumprimento das metas anuais poderá resultar em obrigações de aporte de capital por parte dos sócios controladores da concessionária. O descumprimento de uma meta por dois anos seguidos, ou de qualquer dessas metas ao final do prazo de cinco anos, acarretará a extinção da concessão, ou resultará na transferência do controle societário. Nesse caso, a concessão será licitada, o mesmo ocorrendo com as concessões de empresas que não aceitarem a prorrogação.

✓ UNESP inaugura instituto de pesquisa em Rio Claro (São Paulo)

Fonte: Energia Nordeste



Além de beneficiar o mercado de energia, o desenvolvimento de pesquisas na área traz para as universidades muito mais visibilidade. A Universidade Estadual Paulista (UNESP) inaugurou o Instituto de Pesquisa em Bioenergia (IPBEN), em sua unidade de Rio Claro, no interior de São Paulo, com o objetivo de coordenar e impulsionar as pesquisas em bioenergia realizadas em seus diversos campi. O instituto desenvolverá pesquisas nas áreas de Biomassa para Bioenergia, Produção de Bicomcombustíveis, Utilização de Bicomcombustível em Motores, Biorrefinaria, Alcoolquímica e Oleoquímica, e Sustentabilidade Socioeconômica e Ambiental. Além da cidade de Rio Claro, o IPBEN também tem espalhados em sete cidades (Jaboticabal, Guaratinguetá, Ilha Solteira, Botucatu, Assis, Araraquara e São José do Rio Preto) com pesquisadores em instalações que funcionam como braços do IPBEN. Visando a qualificação de pessoal, que está em falta no Brasil, o IPBEN também abriga o curso de pós-graduação em bioenergia, que funcionará em conjunto com a Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

✓ Eólicas no Piauí entram no Reidi

Fonte: Canal energia



O Ministério de Minas e Energia aprovou o enquadramento ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura das EOLs Ventos de Santa Fátima e Ventos de Santo Albano. As duas ficam localizadas no município de Caldeirão Grande do Piauí (PI). Os projetos das usinas se assemelham, com a construção de 11 unidades geradoras em cada uma delas, que possuem capacidade instalada total de 29,7 MW em



cada eólica. O período de execução das obras nos empreendimentos foi iniciado em 30 de dezembro de 2014, e vai até a mesma data de 2015. Na EOL Ventos de Santa Fátima, estão sendo investidos R\$ 117,5 milhões. Já na usina eólica Ventos de Santo Albano, a demanda chega a R\$ 119,1 milhões, o que totaliza o montante de R\$ 236,6 milhões aplicados nas usinas, sem a contabilização de impostos.

✓ Fabricante americana desenvolve bateria que armazena energia solar

Fonte: Ambiente energia



A empresa Tesla apresentou recentemente uma novidade que pode acabar com uma das principais dificuldades para a expansão do uso da energia solar no mundo: como fazer quando não está sol. A fabricante americana desenvolveu a Powerwall, uma bateria com capacidade de armazenar e administrar energia solar em residências, empresas e até em companhias de fornecimento de energia. As baterias funcionam conectadas à internet, podendo colocar até 9 baterias juntas, o que permite o armazenamento de uma quantidade maior de energia, além de poderem ser

administradas remotamente pela Tesla. O novo produto começará a ser produzido ainda este ano, e poderá ajudar a mudar a maneira como o mundo usa a energia em escala. Lembrando que o equipamento foi desenvolvido para o uso em diferentes escalas. Para residências, é possível reduzir o uso da energia convencional, seja no caso de uma falha no sistema ou quando a tarifa está cara demais. Para companhias de fornecimento de energia, é possível compensar flutuações no caso de fontes instáveis como solar e eólica. Para as empresas, ajuda a diminuir a demanda da rede elétrica e, assim, o custo da energia.

✓ Projeto pode garantir geração de energia eólica no Agreste de Pernambuco

Fonte: Diário de Pernambuco



A Comissão de Meio Ambiente realizou uma reunião decisiva. Na pauta, o parecer do Projeto de Lei nº 201/2015 de autoria do Poder Executivo e relatado pelo deputado estadual José Humberto (PTB), que se manifestou favoravelmente ao projeto. A proposta viabiliza a implantação do Complexo Eólico Ventos de São Clemente, empreendimento gerador de energia eólica de alta capacidade na região que compreende os municípios de Caetés, Jucati, Garanhuns e São João, em Pernambuco. Segundo o parlamentar, que tem sido um defensor da expansão de outras

fontes renováveis de geração de energia, Pernambuco tem um grande potencial eólico ainda a ser explorado e levando em consideração a crise hídrica que o país está enfrentado e que vem prejudicando o potencial energético do Brasil, visto que a maioria da energia gerada no país provém de fontes hídricas.

✓ Adimplência nas liquidações financeiras de energia nuclear e cotas chega a 100%

Fonte: CCEE



A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) registrou 100% de adimplência nas liquidações financeiras de energia nuclear e cotas de garantia física e potência, referentes a maio de 2015. As operações somaram uma movimentação financeira de 373,6 milhões. A liquidação financeira de energia nuclear é a operação pela qual 44 distribuidoras de energia elétrica rateiam a produção das usinas de Angra I e II, que pertencem à estatal Eletronuclear e estão instaladas em Angra dos Reis (RJ). A operação movimentou R\$ 193.740.852,65 em maio. No caso da liquidação de cotas, que envolveu R\$ 179.821.894,70, trata-se da operação na qual 44 distribuidoras de energia pagam para as geradoras uma receita de venda definida pelo governo para as usinas envolvidas nesse



regime – as hidrelétricas cuja concessão foi renovada ou expirada e que são alcançadas pela Lei 12.783/13. Os empreendimentos enquadrados no regime de cotas somam garantias físicas da ordem de 8,3 GW médios. Ambas as liquidações foram atribuídas à CCEE em 2013, sendo que a das usinas de Angra passou a ser realizada em separado pela instituição em atendimento à Lei 12.111/2009, enquanto a liquidação de cotas foi atribuída pela Lei 12.783/13.

✓ **Aprovação da revisão da RAP de empreendimentos leiloados em 2009**

Fonte: Canal energia



POLÍTICA
E REGULAÇÃO

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou a revisão da Receita Anual Permitida de 11 contratos de concessão relativos a empreendimentos leiloados em 2009. Os índices de correção variam de -0,44% para a TSP, que tem também reforços autorizados, a 1,61% da Copel GT. Os novos valores da RAP serão aplicados a partir de 1º de julho. Os contratos são da Chesf (1,41% e 1,46%, em dois contratos); TPAE – Transmissora Porto Alegre de Energia Ltda (1,53%); LVTE – Linha Verde Transmissora de Energia S.A. (1,53%); Eletronorte (1,45%); TME – Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (1,52%); TSP – Transenergia São Paulo S.A. (-00,4%); Esde – Empresa Santos Dumont de Energia S.A. (0,88%); IEJAPI – Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (1,38%); Copel -

GT (1,61%) e TGO – Transenergia Goiás S.A. (1,52%). Realizada a cada 5 anos, a revisão tarifária da receita de transmissão inclui o recálculo do custo de capital de terceiros, receitas decorrentes de reforços de transmissão autorizados pela Aneel e receitas com a prestação de outras atividades, identificadas como “Outras Receitas”.

✓ **Preços do petróleo apresentam alta em Nova York e Londres**

Fonte: Setorial energy news



PETRÓLEO E GÁS

Os preços do petróleo têm uma manhã de avanço em Nova York e Londres hoje. Em Nova York, o barril abriu cotado a US\$ 60.39, registrando uma alta da ordem de 0.78% em relação ao fechamento desta quarta-feira (17). Em Londres, o barril abriu cotado a US\$ 64.44 nesta quinta-feira, também registrando avanço da ordem de 0.89%, igualmente em relação ao fechamento de hoje.

✓ **Programa de Santa Catarina incentiva investimentos em energia limpa**

Fonte: ABRAPCH



POLÍTICA
E REGULAÇÃO

Diante do momento econômico difícil e do preço da energia elevados, o governo catarinense, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), vai lançar no próximo dia 24 o Programa Catarinense de Energias Limpas, o SC+Energia. Conforme o secretário de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Carlos Chiodini (D), diversos órgãos do Estado trabalham para finalizar as ações que serão implementadas. Informações prévias apontam que projetos previstos podem gerar mais de 1 GWh (gigawatt-hora), o que exigirá investimentos da ordem de R\$ 5 bilhões. São Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGHs), usinas eólicas, fotovoltaicas (geração solar) e de Biomassa. Pelo levantamento prévio, o Estado conta com 68 projetos de PCHs já com licença para instalação (LAI), 40 à espera dessa licença e 130 requerendo licença ambiental prévia (LAP). Há, também, 17 unidades entre eólicas e fotovoltaicas aguardando licença prévia. Segundo ele, para reforçar a equipe da Fatma que é responsável pelos licenciamentos ambientais, o governador Raimundo Colombo autorizou a contratação de 38 servidores concursados. De acordo com o diretor de Desenvolvimento da SDS, Gerson Berti (E), além das condições naturais favoráveis à geração, Santa Catarina

tem uma cadeia quase completa de fornecedores para o setor. Só falta fazer placas fotovoltaicas. Coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento, o SC+Energia conta com a parceria da Secretaria de Estado da Fazenda, Fundação do Meio Ambiente (Fatma), Junta Comercial (Jucesc), Badesc, SCGás, Celesc e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). O plano tem ainda apoio da Federação das Indústrias do Estado (Fiesc) e da Associação dos Produtores de Energia de Santa Catarina (Apesc). Terça, foi apresentado para executivos na Fiesc. Além do grande potencial de geração de energia limpa, Santa Catarina conta com incentivos para investidores. O secretário de Desenvolvimento, Carlos Chiodini e o diretor da pasta, Gerson Berti, destacam o pró-emprego, que isenta ICMS para os investimentos nas usinas.

✓ **Leilão de reserva solar é remarcado**

Fonte: Canal energia



O Ministério de Minas e Energia publicou a portaria 275/2015, que aprova as diretrizes da sistemática do leilão de reserva. O leilão agora será realizado no próximo dia 28 de agosto. A data anterior era 14 de agosto. Esse leilão de reserva será destinado exclusivamente a projetos de energia solar. A Empresa de Pesquisa Energética cadastrou 382 projetos que somam 12.528 MWp. O leilão está em audiência pública na Agência Nacional de Energia Elétrica até o próximo dia 3 de julho. A Bahia liderou em potência cadastrada, com 4.409 MW. Em seguida

veio o Piauí, com 2 mil MW. O Rio Grande do Norte foi o terceiro colocado, com 1.332,3 MW. Os projetos ainda precisam passar pela fase de habilitação para estarem aptos a participar do certame. O 1º solar foi realizado em outubro de 2014 e teve preço médio de R\$ 215,12/MWh, tendo sido considerado um dos mais baixos do mundo. Foram contratados no certame 890 MW de capacidade instalada.

✓ **TCU impede renovação de contratos de energia**

Fonte: O Estado de São Paulo



O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que o Ministério de Minas e Energia (MME) suspenda imediatamente a prorrogação dos contratos de concessão de distribuidoras de energia que estão prestes a vencer, até que a corte de contas apresente uma posição definitiva sobre as condições dessas prorrogações. A medida cautelar também impede a assinatura de termos aditivos com essas empresas. O tribunal tem acompanhado o processo de da prorrogação dos contratos de 39 concessionárias de distribuição do País, as quais tem contratos que vencem até 2017. Os vencimentos começam a partir do dia 7 de julho deste ano. De acordo com o relator do processo, ministro José Múcio Monteiro, os técnicos do tribunal concluíram que as informações

prestadas pelo MME até agora para embasar a renovação dos contratos eram insuficientes para fundamentar a proposta da União. O tribunal avaliou complementações dadas pelo ministério e, agora, decidiu que nada deve ser efetivado com as empresas até que haja um parecer conclusivo. Apesar do prazo apertado para os primeiros vencimentos de contrato, a área técnica do tribunal destacou que a necessidade de aprofundar sua análise não coloca o setor em risco, porque a lei garante às concessionárias o direito de permanecerem à frente do serviço de distribuição pelo tempo que for necessário, até a confirmação da prorrogação ou de uma eventual realização da licitação do serviço prestado à população. O MME informou que está acompanhando o assunto e que vai aprofundar as discussões com o TCU. O decreto que definiu as regras para renovação dos contratos das distribuidoras foi publicado duas semanas atrás. Discutida há cerca de três anos pelo governo e agentes do setor, a renovação prevê que a concessionária atinja metas específicas de qualidade de serviço prestado à população e de saúde financeira. Essas metas terão de ser alcançadas em até cinco anos. A empresa que deixar de cumpri-las sofrerá sanções, podendo até perder a concessão do serviço. As regras e outros detalhes da proposta de renovação estão em fase de consulta pública realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Antes de decidir estabelecer metas de qualidade e de equilíbrio financeiro como critérios para a renovação dos contratos



por mais 30 anos, o governo chegou a analisar a possibilidade de cobrar outorgas pelas concessões. Seria uma forma de fazer caixa com a venda do direito de explorar o serviço público por determinado período. O plano, no entanto, não foi levado adiante. As distribuidoras, que tiveram de ser socorridas por empréstimos e aportes do Tesouro Nacional para cobrir os rombos do setor elétrico nos últimos 2 anos, rechaçaram qualquer possibilidade de seguir à frente das operações, caso o governo encampasse a ideia. A decisão de abrir mão da licitação dos serviços e prorrogar os contratos, no entanto, ainda pode ser alvo de apontamentos pelo Tribunal de Contas. Para a unidade técnica do tribunal, ainda não foi apresentada "motivação suficiente e cabal para demonstrar a existência de situação excepcional que justifique a não licitação das concessões vincendas e que a via da prorrogação escolhida (prorrogação condicionada), é a que melhor atende ao interesse público".

✓ Consumo brasileiro de gás natural cai em abril

Fonte: Abegás



O consumo de gás natural somou 80,854 milhões de m³/dia em abril, o equivalente a uma queda de 0,6% na margem, de acordo com os dados divulgados ontem e dessazonalizados. Ainda que o consumo industrial tenha apresentado leve alta de 0,1%, a demanda das termelétricas contribuiu para o desempenho negativo, com redução de 0,3%. Na comparação interanual, o declínio foi de 0,3%, fazendo com que o consumo total acumulado em doze meses oscilasse de 16,0% para 14,2%.

NOTÍCIAS SOBRE ECONOMIA GERAL

✓ IPC-Fipe desacelera alta na 2ª prévia de junho

Fonte: Brasil Econômico

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) de São Paulo subiu 0,54% na 2ª quadrissemana de junho, depois de avançar 0,61% na 1ª quadrissemana do mês, informou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). O IPC-Fipe mede as variações quadrissemanais dos preços às famílias paulistanas com renda mensal entre 1 e 10 salários mínimos.

✓ Segunda prévia do IGP-M mostrou alta

Fonte: FGV

A 2ª prévia do IGP-M de junho registrou alta de 0,59% conforme divulgado pela FGV. Para tanto, o IPA agrícola mostrou queda de 0,30%, em linha com o esperado, diminuindo a deflação a caminho do campo positivo. As coletas no atacado indicam que até o final do mês, esse grupo voltará ligeiramente para o campo positivo. Nessa divulgação destaque para recuperação dos preços de soja e batata, além da cadeia pecuária (principalmente aves e suínos). As frutas estão entrando em sazonalidade de alta, com cerca de 10 dias de antecedência. Esse resultado, por sua vez, continua sugerindo desaceleração do IPCA alimentação no curto prazo, mas seguirá muito elevado quando comparamos com o mesmo período de anos anteriores. O IPA industrial subiu 0,60%, mostrando desaceleração gradual. Destaque para (i) produtos alimentícios ampliando a deflação, (ii) têxteis e vestuário desacelerando e (iii) metalurgia, máquinas e veículos, também em desaceleração. Apenas celulose e químicos voltaram a mostrar alguma aceleração. A surpresa altista, contudo, se concentrou nos outros componentes do IGP: tanto IPC quanto INCC vieram mais fortes, principalmente em materiais de construção. Considerando os patamares mais elevados para esses componentes, esperamos alta ao redor de 0,55% do IGP-M de junho.



✓ **Intenção de consumo das famílias brasileiras cai em junho sobre mesmo mês de 2014**

Fonte: Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

Metade das famílias brasileiras está consumindo menos do que no ano passado, divulgou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), na pesquisa que mede a Intenção do Consumo das Famílias (ICF). Segundo o estudo, 49,1% dos 18 mil entrevistados declararam que seu nível de consumo em junho de 2015 foi menor que o de junho de 2014. Em maio, o percentual era 46,8%. De acordo com a pesquisa, a Intenção de Consumo das Famílias caiu 23,8% em relação a junho do ano passado. Na comparação com maio deste ano, a queda chegou a 4,8%. A retração na intenção de consumo manteve o indicador abaixo dos 100 pontos, patamar a partir do qual a CNC considera "zona negativa". Em junho, a pontuação foi 91,7. Entre os 7 indicadores que compõem o índice, 4 estão na zona negativa: momento para duráveis (35,3 pontos), nível de consumo atual (70,3), perspectiva de consumo (83) e compra a prazo (91,4). A melhor pontuação é no emprego atual (115,2 pontos), seguida pela renda atual (109,3) e pela perspectiva profissional (107,6). Em relação ao ano passado, a pontuação do indicador de compra de bens duráveis, como veículos, caiu 38,4%. Segundo a pesquisa, o momento para a compra desses bens não é favorável na opinião de 62,9% das famílias. O indicador sobre as perspectivas de consumo caiu 34%, e a compra a prazo, 29%. Todos os 7 indicadores estão mais baixos do que os registrados no ano passado e em maio deste ano. A menor queda interanual foi registrada na perspectiva profissional, com 9,3%. Na comparação com 2014, as famílias que ganham mais de 10 salários mínimos tiveram quedas maiores na ICF (-26,2%) do que o grupo com menor renda (-23,4%). Na comparação com maio, no entanto, a queda no índice das famílias que ganham menos de 10 salários mínimos foi 5,1%. Para as mais bem remuneradas, o recuo foi 3,6%. Os resultados negativos da pesquisa e a identificação de uma tendência de encarecimento do crédito levaram a CNC a revisar para baixo sua expectativa para o volume de vendas do varejo restrito em 2015, aumentando a projeção de queda de 0,4% para 1,1%.

✓ **Nova regra de aposentadoria é provisória e reduz gastos no Brasil**

Fonte: Reuters

A nova regra da aposentadoria, introduzida pelo governo em Medida Provisória, proporcionará economia de 50 bilhões de reais até 2026 em relação à que havia sido aprovada pelo Congresso Nacional, embora não represente uma solução definitiva para a Previdência, afirmaram ministros do governo. Em coletiva de imprensa, o titular do Planejamento, Nelson Barbosa, explicou que as mudanças vão permitir gasto menor do que o previsto com a regra instituída pelos parlamentares, que determinava que o beneficiário não sofreria incidência do fator previdenciário quando a soma mínima de idade/tempo de contribuição fosse de 95 anos para os homens e de 85 para as mulheres, sendo a contribuição mínima de 35 e 30 anos, respectivamente. Segundo Barbosa, a regra aprovada pelo Congresso Nacional, que não levava a progressividade em conta, significava gastos adicionais do governo de 100 bilhões de reais. Com a MP 676 publicada no Diário Oficial, essa soma 95/85 será acrescida 1 ponto em 1º de janeiro de 2017, de 2019, de 2020, de 2021 e de 2022. Ou seja, no final, a soma entre idade e tempo de contribuição subirá a 90 e 100 anos para mulheres e homens, respectivamente. Num tom conciliador, o governo argumentou que a nova MP vai ao encontro da vontade dos parlamentares.

✓ **Dólar cai sobre o Real**

Fonte: BC

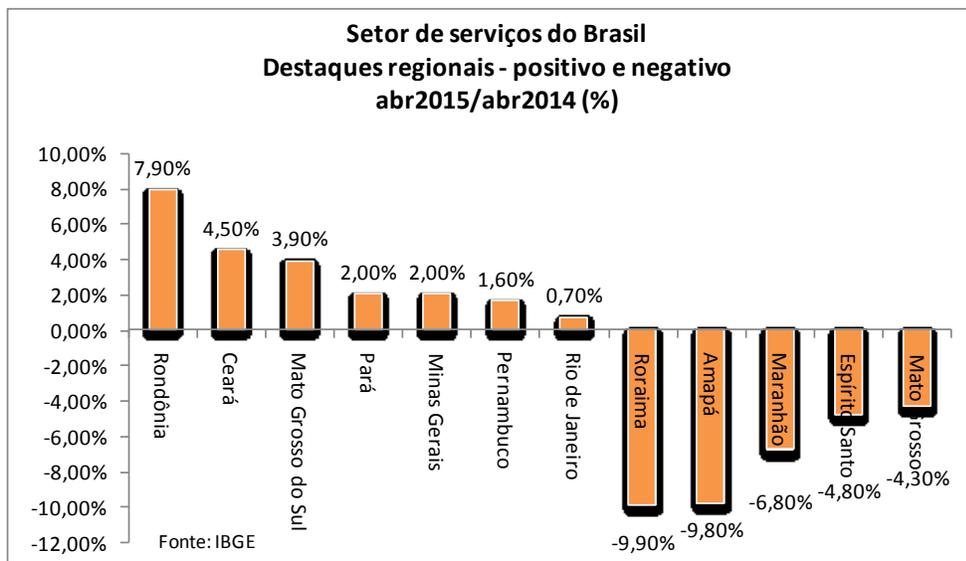
O dólar recuava pela 3ª sessão seguida ante o real no início dos negócios hoje, mesmo após o Banco Central reduzir pela 2ª vez no mês a oferta de swaps cambiais em leilão para rolagem, sinalizando mais uma diminuição do ritmo de intervenção no mercado de câmbio. Às 9h07, a moeda norte-americana caía 0,17 por cento, a 3,0526 reais na venda, após perder mais de 1 por cento em cada uma das duas últimas sessões. O BC ofertará nesta sessão apenas até 5,2 mil contratos de swap cambial, que equivalem a venda futura de dólares, para rolagem do lote que vence em 1º de julho. Até a véspera, a autoridade monetária vinha colocando 6,3 mil contratos por dia.



NOTÍCIAS SOBRE A INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

✓ Setor de serviços cresce em abril

Fonte: IBGE



O setor de serviços do país registrou crescimento de 1,7% em abril, em relação ao mesmo mês de 2014, segundo informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É a 2ª menor taxa da série, iniciada em 2012 - a menor taxa foi registrada em fevereiro deste ano (0,9%). No acumulado do ano, o setor cresceu 2,6%. Em 12 meses, a alta foi de 4,3%. O resultado de abril foi inferior às taxas de março (6,1%) e janeiro (1,8%), mas superior a fevereiro (0,9% revisado). Cresceram os serviços profissionais,

administrativos e complementares (6,7%), serviços prestados às famílias (1,2%) e transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (1%). Apresentaram variações nominais negativas serviços de informação e comunicação (-0,1%) e outros serviços (-2,2%). Dentro do setor que mais cresceu entre os pesquisados, o de serviços administrativos e complementares teve expansão de 9,9%, e o de serviços técnico-profissionais apresentou queda de 2,3%. Nos serviços prestados às famílias, tanto serviços de alojamento e alimentação como outros serviços prestados às famílias tiveram expansão de 1,1% e 1,6%, respectivamente. Segundo a gerente, o resultado de 1,1% dos serviços de alojamento e alimentação é o pior resultado da série para abril. Dentro do setor de serviços de informação e comunicação, o resultado negativo de 6,8% dos serviços audiovisuais, de edição e agência de notícias se deu em parte pelo corte do governo da verba destinada à publicidade e propaganda, principalmente a atividades em televisão aberta. O resultado é o pior da série para esse segmento. Serviços de informação e comunicação têm mais de 30% do peso da receita total da pesquisa. Dentro do setor de transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, que cresceu 1%, o de transporte terrestre avançou 1,5%. A gerente explicou que o setor é diretamente influenciado pela agricultura e indústria. O transporte aquaviário teve crescimento expressivo: 14,6%. O transporte aéreo, na outra ponta, caiu 1,1%. Outros serviços, que caiu 2,2%, engloba todos os serviços que não foram agregados às demais atividades. Desde atividade imobiliária, auxiliares financeiros, manutenção e reparação de objetos individuais e domésticos a serviços de esgoto e coleta, entre outros. Em termos de composição da taxa, as contribuições foram serviços profissionais, administrativos e complementares (1,4 ponto percentual), transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio (0,3 p.p.); serviços prestados às famílias (0,1 p.p.). Os serviços de informação e comunicação não apresentaram contribuição significativa (0,0 p.p.) e outros serviços tiveram contribuição negativa de 0,1 ponto percentual. No que se refere aos resultados regionais, das 27 unidades da Federação, 13 apresentaram variações nominais positivas na comparação com abril de 2014

✓ **Confiança do empresário industrial fica estável pelo 3º mês**

Fonte: Confederação Nacional da Indústria

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) ficou em 38,9 pontos em junho, 0,3 ponto superior ao de maio, dentro da margem de erro do indicador, de 1,0 ponto. Esse é o terceiro mês consecutivo que o indicador não cai, o que não ocorria desde o primeiro trimestre de 2012, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Mesmo com a leve variação, o Icei continua abaixo dos 50 pontos, o que indica pessimismo do setor. De acordo com a CNI, o índice recuou 8,6 pontos nos últimos 12 meses e encontra-se 17,2 pontos abaixo da média histórica de 56,1 pontos. Segundo a CNI, são 15 meses seguidos de falta de confiança do empresário. O pessimismo dos empresários é resultado da percepção negativa dos empresários sobre a situação atual e as expectativas para os próximos seis meses das empresas e da economia. Em junho, o indicador sobre as condições das empresas e da economia foi 29,6 pontos e o de expectativas para os próximos seis meses alcançou 43,6 pontos, informa a confederação. A pesquisa foi feita entre 1º e 12 de junho com 2.987 empresas, das quais 1.178 são pequenas, 1.125 são médias e 684 são de grande porte.



MAIORES ALTAS E MAIORES BAIXAS NA BOVESPA*

Maiores altas da Bolsa ↑			
17/06/2015			
Desempenho da bolsa			
TIM PART S/A ON NM	3,31	R\$ 9,96	↑
NATURA ON NM	2,52	R\$ 28,37	↑
MARCOPOLO PN N2	2,36	R\$ 2,60	↑
CESP PNB N1**	1,44	R\$ 20,34	↑
HYPERMARCAS ON NM	1,41	R\$ 22,27	↑

Maiores baixas da Bolsa ↓			
17/06/2015			
Desempenho da bolsa			
BRASKEM PNA N1	-4,68	R\$ 13,43	↓
QUALICORP ON NM	-4,47	R\$ 19,87	↓
GERDAU MET PN N1	-3,83	R\$ 7,02	↓
USIMINAS PNA N1	-3,69	R\$ 4,43	↓
GERDAU PN N1	-3,05	R\$ 7,93	↓

* Referente ao fechamento do dia anterior.

**Empresas do setor elétrico.

Fonte: BMF & Bovespa/Elaboração própria.

TAXAS DE CÂMBIO

Câmbio				
Hoje (18/06/2015)				
		Compra		Venda
	Dólar (Ptax*)	↓	3,0466	3,0472
	Euro (Ptax*)	↓	3,4728	3,4738

*Ptax é a média das taxas de câmbio informadas pelos *dealers* durante 4 janelas do dia.

Fonte: BACEN/Elaboração própria.

ATIVIDADE ECONÔMICA, INFLAÇÃO E PRODUÇÃO

Atividade econômica, Inflação e Produção							
	Mai.15	Abr.15	Mar.15	Fev.15	Jan.15	Dez.14	Nov.14
IBC-Br (%)	0,36	-0,11	-0,57	0,10
Produção industrial Total (%)	-0,80	-0,90	0,30	-1,60	-1,20
IPCA	0,74	0,71	1,32	1,22	1,24	0,78	0,51
INPC	0,99	0,71	1,51	1,16	1,48	0,62	0,53
IGP-DI	0,40	0,92	1,21	0,53	0,67	0,38	1,14
	2015 (*)						
PIB (%)	-0,90						
PIB Agropecuária	0,60						
PIB Indústria	-2,50						
PIB Serviços	-0,20						

(*)Dados do IBGE segundo a nova metodologia de cálculo. 1º semestre de 2015, acum. nos últimos 12 meses.

Fonte: CNI/Bacen/IBGE/FGV

ÁREAS DE ATUAÇÃO DAIMON:

Regulação:

A Daimon atua fortemente na Regulação do setor energético brasileiro.

Através de Consultorias, Estudos e Pesquisa & Desenvolvimento, nossa equipe está totalmente capacitada e preparada para atender as demandas mais complexas deste mercado.

Software:

Desenvolvemos sistemas computacionais altamente especializados para o setor elétrico.

Nossas ferramentas são utilizadas pelas maiores empresas de distribuição do país nos segmentos de operação, proteção, perdas, tarifas, mercado, confiabilidade e muito mais.

Engenharia:

A Daimon tem destacada participação no programa de Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico brasileiro.

A Empresa conta em seu corpo técnico com vários pesquisadores oriundos de conceituadas universidades brasileiras, em particular, da Escola Politécnica da USP, onde boa parte desenvolve ou já desenvolveu trabalhos acadêmicos de mestrado e doutorado com significativas contribuições teóricas.

Novos Negócios:

Eficiência e Gestão Energética, *smart grids*, são exemplos de projetos desenvolvidos pela equipe de novos negócios Daimon.

Atenta as novas demandas e em busca de melhorias contínuas a Daimon desenvolve novos negócios em linha com as necessidades do setor energético nacional.

DAIMON, ESPECIALISTAS EM ENERGIA.

Av Paulista, 1.776 – Cj 22 – B – Bela Vista

CEP:01310-200 – São Paulo – Brasil

faleconosco@daimon.com.br

+55 11 3266-2929 / 3171-1728

www.daimon.com.br



A reprodução, inteira ou em parte, em qualquer forma ou meios, sem a expressa autorização por escrito da Daimon Engenharia e Sistemas não é permitida. Esta *newsletter* contém informações que são designadas somente aos seus destinatários. Conseqüentemente qualquer publicação, duplicação, distribuição ou qualquer ação tomada neste sentido é proibida e ilegal.